

A IMPORTÂNCIA DO TURISMO DOMÉSTICO NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL

Marcos Jorge Teixeira Reis¹

Resumo:

O presente trabalho busca situar a questão da distribuição da renda e sua relação com o turismo doméstico, demonstrando que de fato tal atividade auxilia na diminuição da iniquidade. Apresentam-se dados referentes à concentração da renda, buscando compreender o porquê do referido problema ser tão indesejável para grande parte da população brasileira. Em seguida, busca-se identificar qual a importância do turismo doméstico para a melhoria de índices como a qualidade de vida, o nível de renda, entre outros. Comparando a importância das UF's em relação ao PIB e o fluxo de turistas é possível verificar-se o saldo do turismo doméstico dessas localidades. Analisam-se também os investimentos governamentais, e ao fim, uma proposta para um maior aproveitamento do potencial que o turismo oferece para o combate a desigualdade é apresentada.

Palavras-chave: Turismo Doméstico; Desenvolvimento Econômico; Distribuição da Renda; Regiões Brasileiras; Impacto Econômico.

Abstract:

This paper seeks to situate the issue of income distribution and its relation to domestic tourism, demonstrating that in fact such activity helps in reducing inequality. We present data on the concentration of income, trying to understand why that issue is so undesirable for most of the population. Then try to identify what is the importance of domestic tourism for the improvement of indexes such as quality of life, income level, among others. Comparing the importance of states in relation to GDP and the flow of tourists it's possible to check the balance of domestic tourism in these localities. The paper also analyzes government investment, and after a proposal to further exploit the potential that tourism offers for combating inequality is presented.

Keywords: Domestic Tourism; Economic Development; Income Distribution; Brazilian Areas; Economic Impact.

¹ Mestrando em economia pelo IE/UFRJ. Bacharel em Turismo pela UNIRIO. O autor agradece à Cristina Gomes, do departamento de Turismo da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pela orientação da monografia que deu origem a este artigo.

1. Introdução

O Brasil é um país de proporções continentais, possuidor de uma população de aproximadamente cento e noventa milhões de habitantes², possui o 8º maior Produto Interno Bruto do mundo e apesar de pertencer teoricamente ao grupo de países de alto desenvolvimento humano apresenta problemas estruturais e sociais dignos de nações em processo de industrialização (SANTOS, 2006). O país ocupa a incômoda septuagésima posição no relatório de desenvolvimento humano, realizado pelo PNUD³ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). De acordo com o documento, o Brasil obteve no ano de 2007 (com dados referentes ao ano de 2005) a nota mínima para ser considerado um país desenvolvido. Ainda assim, fica atrás de países como Uruguai (46º), Tonga (55º) e Trinidad e Tobago (59º). Além de problemas como a precária infra-estrutura, a falta de investimentos em educação e saúde, há também a concentração da renda, característica essa que sempre esteve presente na economia brasileira como observa FURTADO (1989), “a renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mão da classe de proprietários de engenho”. Este exemplo ilustra a tônica da economia brasileira, que foi apoiada na exportação de produtos e não na produção interna de bens, o que por sua natureza excludente contribuiu com a concentração de renda. Atualmente, recorremos a TRIGO (2004), que em uma breve análise da situação brasileira diz:

“...o Brasil, apesar de ser a décima economia capitalista do mundo, tem uma distribuição de rendas e riquezas bastante irracional. Além de injusta, essa condição econômica é contraproducente em sua totalidade. (...) 10% da população concentra 51% da renda nacional.”

No presente artigo veremos como o problema da distribuição de renda impacta na economia e qual a importância do turismo doméstico para a melhora desse índice. A atividade turística, economicamente crescente no Brasil, é visto por FILHO (2002) como importante ferramenta, tanto para o crescimento como para o desenvolvimento do país. De acordo com o documento “Estatísticas básicas de turismo”, apresentado pelo Ministério do Turismo no ano de 2006, pode-se constatar que a região que mais recebeu investimentos em infra-estrutura turística no ano de 2005 (abrangendo sinalização turística, adequação de patrimônio histórico-cultural, entre outros) foi a região Nordeste com um montante de aproximadamente cento e oitenta

² IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 16/06/2007

³ PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em 12/05/2008

milhões de Reais, valor esse praticamente cinco vezes maior do que o aplicado na região Sul, que apresenta em média, uma economia mais diversificada e uma qualidade de vida maior do que a região Nordeste.

Ao privilegiar investimentos em uma região que apresenta menores índices de desenvolvimento, vê-se o papel do turismo na distribuição de renda. Apesar de ainda alarmantes, os índices de concentração de renda tem baixado nos últimos anos, e isso acontece concomitantemente com o crescimento das viagens domésticas, ou seja, o turismo interno. Acredita-se, portanto, que é de grande valia para o estudo do turismo no Brasil, que se faça a correlação entre turismo e distribuição de renda, temática que está em evidência atualmente em debates por sua grande importância para o desenvolvimento do país.

2.1 Distribuição da renda no Brasil: aspectos históricos e distinção crescimento *versus* desenvolvimento.

A questão da distribuição da renda no Brasil não é recente, desde a colonização portuguesa o país vive esse problema. Como a ocupação do território se fez através da exploração de mão-de-obra local e escrava, a economia nacional e a riqueza proveniente da exportação de produtos como a cana-de-açúcar e o café, ficavam concentrados nas mãos dos grandes proprietários de terra. O lucro ficava em uma parte com eles e o restante era pago a metrópole, como relata FAUSTO (2001):

(...)o objetivo da metrópole portuguesa era de fazer do Brasil uma colônia de exploração. Esse objetivo consistia em organizar a economia colonial de tal forma que a produção em grande escala para a exportação geraria ganhos e acumulação de capitais na Metrópole.

O mercado voltado apenas para a exportação, os meios de produção em poder de poucos e o trabalho assalariado contribuía para a concentração da renda no país. Nem mesmo com a abolição da escravatura e a independência do Brasil observamos melhora nesse quadro. O

processo de industrialização brasileiro é um tema que suscita muita polêmica. O modo como ele foi implementado é motivo de discórdia no meio acadêmico e diversas versões são tidas como aceitáveis. De acordo com (RAMOS,2000), “o robusto crescimento que o país experimentou nas décadas de 50 e 60 não veio acompanhado de desenvolvimento social, e o repentino crescimento acelerado deixou como legado uma piora na distribuição de renda no país”. Após esse período a distribuição da renda no país continuou durante muitos anos inalterada, ocorrendo pequena melhora durante o Plano Cruzado e após a implantação do Plano Real (GIAMBIAGI,2005). No governo Luis Inácio Lula da Silva, iniciado no ano de 2002 o problema tem sido atacado principalmente através de políticas sociais como o programa bolsa-família, porém não modificou-se o modelo concentrador de renda da economia, calcada em elevados juros reais que comprimem a atividade econômica, favorecendo rentistas em detrimento de trabalhadores.

Para que possa ser compreendida a importância da distribuição da renda nacional é necessário que se faça a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento. O crescimento de uma economia é feito com base no PIB . De acordo com (MANKIW, 2008), “o propósito do PIB diz respeito a sintetizar em um único número o valor, em moeda corrente, correspondente à atividade econômica, em um determinado período de tempo”. Como visto, para se experimentar um crescimento em relação aos períodos anteriores é necessário aumentar a quantidade e o valor produzido, ou seja, aumentar o PIB real. Por outro lado, o crescimento desse indicador é só uma das muitas maneiras - e é uma maneira muito imperfeita - de se medir a melhora nas condições de vida de um povo. Poderíamos, mesmo com um baixo crescimento do PIB, tirar o máximo proveito desse pequeno crescimento, melhorando as condições de vida da população como um todo. Nesse caso haveria desenvolvimento econômico, o mesmo é definido por (MOLINA, 2001) como o "bom uso da riqueza material e capital humano de países ou regiões, favorecendo o bem-estar geral de seus habitantes.” Ele abrange tanto os aspectos produtivos como os sociais; por exemplo, a mobilidade social e a qualidade de vida. Nesse processo se supõe que ajustes institucionais, fiscais e jurídicos são necessários, incentivos para

inovações e investimentos, assim como o fornecimento de condições para um sistema eficiente de produção e distribuição de bens e serviços à população. Alguns dos indicadores do desenvolvimento são: o aumento na produção dos setores primário e secundário, a distribuição da renda nacional e a mobilidade social.(MOLINA, 2001). Para acompanhar o nível de desenvolvimento humano de uma nação ou uma região, utiliza-se a medida do IDH, que se mostra uma eficiente ferramenta na comparação entre os indicadores, não apenas econômicos , mas também sociais.

Analisar o nível de desenvolvimento de um país ou o nível de vida de uma população apenas do ponto de vista macroeconômico significa ter uma visão parcial e limitada. Para que possamos analisar a qualidade de vida de uma população, além dos indicadores econômicos tradicionais, como, renda *per capita*, produto interno bruto, etc. devem ser considerados indicadores sociais, como a mortalidade infantil, expectativa de vida ao nascer, analfabetismo, entre outros. E ainda indicadores políticos, como o respeito aos direitos humanos, participação política da população, etc. É por isso que, desde o ano de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) levanta o IDH de quase todos os países do mundo. Esse índice fornece um retrato mais preciso da qualidade de vida das populações. De acordo com a última pesquisa, divulgada no ano de 2007 com dados referentes ao ano de 2005, o Brasil ocupa a septuagésima colocação em um total de cento e setenta e sete países pertencentes às nações unidas. Podemos perceber que gradativamente está ocorrendo uma melhora nos indicadores, tendo o país subido quatorze posições no *ranking* de IDH no espaço de tempo de dezesseis anos. Contudo, tais números não devem ser comemorados, pois o país ainda se encontra muito aquém do seu potencial.

Nesse último relatório o Brasil foi considerado como um país com elevado desenvolvimento humano, atingindo a marca mínima necessária para tal condição (0,800). O cálculo para chegarmos ao IDH de uma localidade é feito através da média aritmética de três indicadores sociais, longevidade, educação e renda. Ao nos determos na análise dos dados relativos a pesquisa da ONU, verificamos que o Brasil apresenta uma taxa de analfabetismo de

2,6% (45ª no ranking mundial), tendo uma taxa bruta de matrícula alta, a 36ª melhor do mundo. Em longevidade ocupamos a 79ª posição e em nível de renda a 67ª posição. Em todos esses critérios o país ocupa basicamente a mesma faixa na qual se encontra no ranking geral, com uma pequena e compreensível oscilação. Porém, no item distribuição da renda nacional, ocorre uma queda acentuada. Apresentamos a oitava pior classificação em um ranking com 124 países⁴. Os números são preocupantes, o que faz com que muitos estudiosos apontem esse item como um dos mais importantes para o estado de subdesenvolvimento que o Brasil se mantém. O país, é inclusive internacionalmente conhecido por ser uma das sociedades mais desiguais – ou injustas – do planeta, onde a diferença na qualidade de vida de ricos e pobres é imensa. Portanto, dada a discrepância entre o IDH e a concentração de renda, fica claro que os gastos sociais, embora sejam efetivos em elevar o nível de desenvolvimento humano de uma nação, não reduzem significativamente a concentração de renda. Para que esse índice caia, além do gasto social, é preciso que haja desenvolvimento e a conseqüente absorção da mão-de-obra estruturalmente excedente, dando oportunidades de mobilidade social aos excluídos.

Devido a necessidade de quantificar o grau de equidade na distribuição da renda, foram desenvolvidos diversos modelos que utilizam ferramentas estatísticas para o cálculo. O método utilizado pela ONU para o cálculo da distribuição de renda é o coeficiente de Gini. Este, por sua vez, é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice é o coeficiente expresso em pontos percentuais, e é igual ao coeficiente multiplicado por 100. Seu cálculo é complexo e foge aos objetivos do presente trabalho e por isso não serão demonstrados. De acordo com o documento da ONU de 2005, o Brasil obteve o índice

⁴ PNUD. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br> > Acesso em 12/05/08

de 528. O primeiro colocado, a Dinamarca, apresenta a pontuação de 247. A comparação do Brasil, no seu atual estágio de desenvolvimento econômico, com um país nórdico chega a ser leviana, mas é válida na medida que mostra o quanto o país precisa avançar na matéria. Até mesmo países da América Latina, como a Venezuela (491) e a Bolívia (447) apresentam pontuação superior a brasileira.

2.2 A distribuição da renda nacional

De acordo com MANKIW(2006), a “mão invisível” do mercado age alocando eficientemente os recursos, mas isso não significa que os recursos serão distribuídos justamente. Essa afirmação traz como corolário que um país pode ser rico e seus habitantes pobres. Ou pode não ser tão rico e seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida superior ao de um país que tenha uma renda per capita maior. O que determina essa diferença é o perfil da distribuição de renda, ou seja, como a riqueza total que é produzida no país se distribui entre os habitantes. Nessa matéria o Brasil ainda tem muito o que melhorar, mas a “luz no fim do túnel” parece que finalmente está surgindo, de acordo com dados do PNAD⁵, entre 2001 e 2004 a renda dos 20% mais pobres cresceu cerca de 5% ao ano enquanto os 20% mais ricos perderam 1%. No período houve queda de 1% na renda per capita geral e o PIB não cresceu significativamente. Além dos baixos salários e da dificuldade de acesso a qualquer tipo de propriedade urbana ou rural, há basicamente dois fatores que explicam a distribuição da renda: o sistema tributário e a inflação.

O sistema tributário corresponde à forma como são arrecadados os impostos em um país e é um poderoso mecanismo de distribuição de renda na forma de serviços públicos. Há dois tipos de impostos: o direto e o indireto (MANKIW,2006). O imposto direto é aquele que recai diretamente sobre a renda ou sobre a propriedade dos cidadãos. É considerado o mais justo, pois

⁵ IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 13/05/08.

pode ser cobrado de forma progressiva, ou seja, quem ganha maiores salários ou possui mais propriedades paga parcelas maiores, enquanto que os despossuídos pagam menos ou até ficam isentos. O governo, que arrecada de forma diferenciada parte da renda nacional, pode distribuí-la, na forma de escolas e hospitais eficientes, financiando a aquisição de casa própria, subsidiando setores economicos que gerem empregos, como no caso do turismo, e etc. Já os impostos indiretos são inseridos no preço das mercadorias que a população consome em seu cotidiano. Podem ser considerados injustos quando assumem proporções elevadas, já que é cobrado o mesmo valor do consumidor, não importando a sua faixa de renda. É, portanto, um imposto que pesa mais no bolso de quem ganha menos, já que não há possibilidade de aplicar a progressividade na arrecadação. (GIAMBIAGI,) observa que no Brasil o sistema conta com forte tributação indireta, o que o torna ineficiente do ponto de vista distributivo. Cabe destacar também o modelo de "superávit primário", recomendado pelo FMI , que foi adotado no Brasil no último governo FHC e mantido no governo Luis Inácio Lula da Silva é um modelo altamente "concentrador de renda". Isto porque o Estado cobra impostos de todos, inclusive dos muito pobres ("tributação indireta", que incide sobre os bens de consumo popular) e da classe média, e "esteriliza" este capital todo (4,5% do PIB, em média) para pagamento de juros da dívida, além de ter de manter um juro real alto para atrair capitais e conter a inflação. Com isso, quem recebe esses juros são as empresas e as camadas mais ricas da população, os únicos que podem deixar seu excesso de renda/receita, imobilizadas em um banco..

Devido às especificidades locais e ao processo de ocupação do território, as regiões do Brasil apresentam índices econômico-sociais bem diferentes. A concentração na produção e as desigualdades regionais estão retratadas nos resultados do projeto PIB dos Municípios, desenvolvido desde o ano 2000 pelo IBGE em parceria com os órgãos estaduais de estatística e secretarias estaduais de governo. Tomando como base o último relatório⁶, elaborado no ano de

⁶ IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 12/05/08.

2005, podemos constatar que apenas nove municípios concentram 25% de todo o PIB nacional, sendo que sete deles localizam-se no eixo Sul-Sudeste. Ainda com base no relatório do IBGE, na comparação com o valor do PIB per capita nacional (\$ 7.631), mais uma vez evidenciam-se as desigualdades regionais do país. É possível notar que todas as capitais das regiões Sudeste e Sul apresentavam em 2002, o PIB per capita superiores à média nacional, enquanto no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apenas Manaus (AM), Recife (PE), Brasília (DF) e Cuiabá (MT) apresentavam valores acima da mesma média. Ademais, os municípios mais industriais estão concentrados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que juntos são responsáveis por 45% de toda a riqueza produzida no país. Os estados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são mais voltados para a atividade agropecuária, extrativa, além de destaque para o setor de serviços no Nordeste e a Zona franca de Manaus, altamente industrializada. Os municípios localizados nas regiões supracitadas, salvo raras exceções, apresentam desempenho econômico medíocre e por isso políticas públicas voltadas para a diminuição dessa diferença são de interesse nacional. Como observa (SANTOS, 2006):

As desigualdades regionais brasileiras são acentuadas, na medida em que, em nome da competitividade, os investidores privados procuram apenas os lugares que lhes garantam rentabilidade. Dessa forma, as atuais modernizações tendem a concentrar-se nas áreas onde o meio técnico-científico-informacional é mais denso.

Como visto, a sociedade brasileira se ergueu sempre tendo como um grande problema a desigualdade, mas isso se deve também a demora que o Brasil teve em começar sua industrialização e seu crescimento econômico. Seu modelo de desenvolvimento voltado para a exportação de bens em detrimento do mercado interno, mostrou-se eficiente exclusivamente à classe dominante, como nos mostra a história (FURTADO, 1989).

O problema da distribuição da renda, tão necessária para um desenvolvimento da nação, é enfrentado por diversos países no mundo, e para que se consiga reverter o quadro é necessário investimentos na área de saúde, nutrição, saneamento básico, e principalmente na educação. A melhora nesse indicador não é simples, trata-se de tarefa complexa, mas seguramente exequível, haja vista que o problema brasileiro não reside na escassez de recursos no agregado, mas sim na iniquidade da repartição dos mesmos. Distribuir renda não significa a implantação do comunismo, mas o próprio desenvolvimento do capitalismo nacional, historicamente cerceado pela opção das elites em concentrar toda a renda e poder em suas mãos. Mudar isto é seguir o caminho de países como os Estados Unidos, França, Itália, entre outros que, pressionados por guerras, movimentos sociais, insurreições populares e outros elementos, acabaram por aprender que a democracia e o capitalismo desenvolvido implicam num egoísmo menor das elites.

3.1 A atividade turística no Brasil

Mostrada a importância da diminuição da concentração da renda no país para a melhora no bem-estar social e para o desenvolvimento econômico nacional, buscamos verificar como a atividade turística pode contribuir para a melhora nesses indicadores. O turismo, é definido pela OMT(Organização Mundial de Turismo) como sendo: “A soma de relações de serviço resultantes de um câmbio de residência temporário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”⁷. A tentativa de definir essa atividade tem sofrido diversas modificações, com a apresentação de novas propostas, e, portanto, existem diversas tentativas diferentes que buscam caracterizar o turismo. Com o passar do tempo, o turismo tem ganhado importância e destaque na mídia, debates e notadamente no meio acadêmico. Com o grau de desenvolvimento adquirido pela sociedade, “O turismo já não é uma simples forma de distração, mas um direito adquirido pela sociedade para sua expansão física, intelectual e moral” (ACERENZA, 2002). Existem

⁷FOTOS E RUMOS. Disponível em <<http://www.fotoserumos.com>>. Acesso em 08/05/08

diversas modalidades de turismo, dentre as quais destacamos: turismo cultural, turismo rural, turismo de saúde, turismo ecológico, turismo de eventos, de negócios, entre outros. O Brasil tem apresentado uma grande preocupação com a questão turística, políticas de fomento a atividade vem sendo implantadas e atualmente o país conta com um ministério exclusivo, instituído em 2002⁸ pelo então presidente em exercício Luis Inácio Lula da Silva. Além disso, existe a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), criada no ano de 1966⁹, que atualmente tem a finalidade de promover e divulgar as atrações turísticas nacionais no exterior, visando à captação de maior quantidade de visitantes internacionais e com isso a obtenção de divisas. Além disso, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicou o estudo “Economia do turismo - Uma perspectiva macroeconômica 2000-2005”¹⁰. Um estudo abrangente da atividade no país, o que corrobora a afirmação de que o Turismo tem ganhado espaço e seu estudo e a compreensão dos seus impactos tem se mostrado cada vez mais essenciais para a formulação das diretrizes de desenvolvimento nacional. É necessário que se tenha uma visão holística de toda a atividade. Ao se planejar o turismo é vital que se leve em consideração elementos sociais, culturais, ambientais, antropológicos, entre outros. De acordo com (KRIPPENDORF, 2001), “o turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar à população local uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo, sob a forma de empregos e lucros”. O autor prossegue em outro trecho, ressaltando que a comunidade deve ser respeitada, (...) “que a mesma tenha desejado e que essa vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida”. (KRIPPENDORF, 2001). Portanto, além do aspecto econômico, é necessária que a comunidade autóctone se sinta integrada a atividade, que a mesma não se sinta “invadida” pelo capital alheio, é essencial que se preservem suas raízes, seus costumes.

⁸ PORTAL BRASILEIRO DO TURISMO. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso 13/05/08

⁹ REVISTA TURISMO Disponível em <<http://www.revistaturismo.com.br>>. Acesso em 13/05/08

¹⁰ IBGE Disponível em ><http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 13/05/2008

O turismo está enquadrado no setor terciário da economia. Esse setor é formado pelo conjunto de atividades econômicas relacionadas à prestação de serviços para os setores secundários ou primários ou para particulares (MONTEJANO, 2004). Além disso, ele é importante para a balança de pagamentos do país, pois é incluído nas contas nacionais como uma exportação, no caso uma exportação de serviço.

Como visto no segundo capítulo do trabalho, um dos maiores problemas que a sociedade brasileira enfrenta é a disparidade na distribuição da riqueza nacional. Por se tratar de um país de proporções continentais e devido sua colonização baseada na exploração das riquezas naturais, é perceptível uma grande heterogeneidade entre as regiões e estados brasileiros, especialmente no campo econômico. Essas distorções tendem a se perpetuar devido o descaso do poder público e, especialmente, porque o capital busca locação em centros que o oferecem uma infra-estrutura adequada para sua multiplicação. Os investimentos estrangeiros e governamentais são comumente feitos em áreas que já gozam de maior estrutura. No turismo, foge-se um pouco a essa regra, o capital se desloca de sua origem para locais menos abastados, em uma situação de trocas que beneficia os dois agentes. Senão vejamos, IGNARRA (2003) tece o seguinte comentário sobre um dos impactos econômicos do turismo:

Um efeito positivo do turismo é representado pelo seu poder de redistribuição de renda, a qual se dá em níveis espaciais e de classes sociais. Em nível espacial, essa redistribuição ocorre porque existem regiões que são mais emissoras do que receptoras de turistas. Assim, a renda sai das áreas emissoras e vai para as receptoras.

Existem também efeitos negativos do turismo no que se refere à dependência quase exclusiva que algumas regiões possam ter a ele (IGNARRA, 2003). O turismo deve ser encorajado, portanto, como mais uma ferramenta para o crescimento e desenvolvimento local, mas não como meio exclusivo de subsistência.

3.2- Estatísticas e análise do turismo doméstico brasileiro

Sintetizados os pontos principais da questão da redistribuição da renda nacional, sua importância para o desenvolvimento do país e o impacto da atividade turística, serão apresentados agora dados referentes aos estados brasileiros, mostrando sua participação no PIB nacional e o fluxo turístico doméstico nos mesmos.

Tabela 1: Despesas turísticas domésticas *versus* PIB.

Participação no Total Brasil em (%)			
UF	PIB (a)	Despesas Turísticas (b)	Diferença (b-a)
AC	0,17	0,27	0,10
AL	0,66	0,30	-0,37
AM	1,80	0,61	-1,19
AP	0,20	0,10	-0,10
BA	4,70	2,12	-2,58
CE	1,83	1,15	-0,68
DF	2,43	1,94	-0,49
ES	1,86	1,75	-0,11
GO	2,37	2,63	0,27
MA	0,90	0,33	-0,57
MG	9,29	12,90	3,61
MS	1,22	1,27	0,05
MT	1,45	1,37	-0,08
PA	1,88	0,90	-0,98
PB	0,88	0,59	-0,29
PE	2,72	2,12	-0,60
PI	0,47	0,28	-0,19
PR	6,36	6,93	0,57
RJ	12,23	8,10	-4,13
RN	0,88	0,58	-0,30
RO	0,55	0,48	-0,07
RR	0,11	0,07	-0,04
RS	8,23	7,19	-1,03
SC	4,00	3,32	-0,68
SE	0,75	0,57	-0,18
SP	31,80	41,96	10,16

TO	0,27	0,17	-0,09
----	------	------	-------

Fontes: IBGE, 2005; FIPE e EMBRATUR, 2006.

Através dos dados expostos na tabela 1, podemos fazer algumas considerações sobre a forma que toma a atividade turística interna. No total, seis estados se apresentam como consumidores do turismo doméstico, pois apresentam diferenças positivas entre as despesas turísticas e a participação no PIB nacional. O destaque é SP, notoriamente a unidade da federação que apresenta maior força econômica e que contribui com 31,80% do total do produto interno bruto nacional em um total de 26 estados mais o distrito federal. Ele é responsável por 41,96% do total de despesas turísticas, demonstrando que uma considerável parcela da riqueza produzida no estado é posteriormente repassada a outros estados através da atividade turística. O segundo colocado, o estado de MG, também demonstra também ser um intenso consumidor do turismo doméstico, juntamente com os estados de Goiás e Paraná, estes em menor escala. O RJ, que ocupa a 2º posição na produção de riqueza nacional é uma exceção, representa 8,10% do consumo turístico apesar de possuir 12,23% do PIB. Existe, portanto, um grande potencial a ser explorado pelos planejadores do turismo e empresários interessados em seduzir os habitantes fluminenses a consumir mais o turismo doméstico. Resta-nos saber se o afluxo de capitais resultante da atividade cumpre seu papel redistribuidor, o que será examinado abaixo:

Tabela 2: Receitas turísticas domésticas *versus* PIB.

Participação no Total Brasil em (%)			
UF	PIB (a)	Receitas turísticas (b)	Diferença (b-a)
AC	0,17	0,12	-0,05
AL	0,66	1,56	0,90
AM	1,80	0,93	-0,87
AP	0,20	0,06	-0,14
BA	4,70	10,44	5,74
CE	1,83	4,89	3,06
DF	2,43	1,36	-1,07

ES	1,86	3,41	1,55
GO	2,37	3,21	0,84
MA	0,90	1,02	0,12
MG	9,29	6,59	-2,70
MS	1,22	1,07	-0,15
MT	1,45	1,82	0,37
PA	1,88	1,04	-0,84
PB	0,88	1,11	0,23
PE	2,72	5,12	2,40
PI	0,47	0,39	-0,08
PR	6,36	4,86	-1,51
RJ	12,23	9,11	-3,12
RN	0,88	2,43	1,55
RO	0,55	0,31	-0,24
RR	0,11	0,07	-0,04
RS	8,23	6,42	-1,80
SC	4,00	10,00	6,00
SE	0,75	0,64	-0,12
SP	31,80	21,72	-10,08
TO	0,27	0,32	0,05

Fontes: IBGE, 2005; FIPE e EMBRATUR, 2006.

Dentre os estados que apresentam significativa característica de produtores intensivos do turismo doméstico se encontram: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Todos os estados supracitados apresentam diferença entre as receitas turísticas e o PIB é positivo. Isso demonstra uma vocação turística dos mesmos, caracterizando um fluxo de capital em direção aos mesmos advindos da dinâmica do turismo nacional. Cabe ressaltar que dentre eles nenhum figura entre os quatro maiores produtores de riquezas do país. No contraponto destes estão estados com um peso muito maior na economia nacional, como Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Percebemos então que o turismo doméstico ocorre relativamente com maior intensidade em estados de menor PIB, num

movimento que favorece a diminuição das disparidades regionais através da geração de renda nessas localidades marginalizadas da economia tradicional, sendo importante para a geração de empregos e criando possibilidades de que o capital que tende a se concentrar no meio tecnológico-científico de maior densidade se dilua entre os estados da federação, beneficiando, portanto o bem-estar geral através de uma alocação mais justa da riqueza nacional. Apresentaremos agora a relação entre o saldo do turismo doméstico, obtido pela diferença entre receitas turísticas menos despesas turísticas, e a participação da unidade federativa no PIB do país. O quociente gerado entre esses dois indicadores interessa por mensurar de forma apurada a relação entre o valor do saldo de turismo doméstico e o PIB de cada estado.

Tabela 3: Saldo do turismo doméstico *versus* PIB

Participação no Total Brasil em (%)			
UF	PIB (a)	Saldo do turismo doméstico (b)	Quociente (b/a)
AC	0,17	-0,15	-0,87
AL	0,66	1,27	1,91
AM	1,80	0,32	0,18
AP	0,20	-0,04	-0,22
BA	4,70	8,32	1,77
CE	1,83	3,74	2,05
DF	2,43	-0,58	-0,24
ES	1,86	1,66	0,89
GO	2,37	0,57	0,24
MA	0,90	0,70	0,77
MG	9,29	-6,32	-0,68
MS	1,22	-0,20	-0,16
MT	1,45	0,45	0,31
PA	1,88	0,14	0,08
PB	0,88	0,52	0,59
PE	2,72	3,00	1,11
PI	0,47	0,10	0,22
PR	6,36	-2,07	-0,33
RJ	12,23	1,01	0,08

RN	0,88	1,85	2,10
RO	0,55	-0,17	-0,31
RR	0,11	0,00	0,05
RS	8,23	-0,77	-0,09
SC	4,00	6,68	1,67
SE	0,75	0,07	0,09
SP	31,80	-20,25	-0,64
TO	0,27	0,14	0,52

Fontes: IBGE, 2005; FIPE e EMBRATUR, 2006.

Em termos absolutos de receitas e despesas turísticas os maiores beneficiados pelo turismo doméstico são Bahia, Ceará, Pernambuco e Santa Catarina. O destaque é o estado da Bahia, que apresenta um elevado saldo positivo na balança comercial do turismo interno; porém, ele possui uma fatia considerável do PIB nacional (4,70%), sendo caracterizado como a 5ª maior economia no país. Dois estados merecem uma atenção especial devido o elevado quociente que apresentam entre os itens (b) e (a) da tabela, Rio Grande do Norte e Alagoas, que juntos contribuem com apenas 1,54% do PIB nacional. A importância da atividade turística nesses estados é muito grande, o saldo que eles obtêm é, em termos percentuais, em torno de duas vezes maior que sua participação no PIB. Novamente os destaques negativos são Minas Gerais e São Paulo, notadamente o último, que apresentam os maiores déficits do país com relação ao turismo doméstico.

Pode ser constatado através da apreciação dos dados apresentados nas tabelas de número um, dois e três que existe uma grande diferença entre a participação dos estados brasileiros no PIB, o que fica evidenciado na comparação entre os principais estados do eixo Sul-Sudeste e os localizados no Norte-Nordeste. Analisando o fluxo gerado pela atividade turística, percebe-se que devido o saldo entre receitas e despesas turísticas ser menor nos estados com maior poder econômico, ocorre certa convergência pois o capital gerado nessas localidades acaba por abastecer economias mais periféricas, que fazendo bom uso desses recursos podem investir mais

em infra-estrutura, criando mais oportunidades , gerando assim um círculo virtuoso no qual diminuem-se as diferenças regionais contribuindo para a melhora no bem-estar geral.

Os estados mais ricos tendem a gastar proporcionalmente mais com o turismo doméstico enquanto os mais pobres recebem um volume de receitas proporcionalmente maiores que os estados mais ricos. Outra questão que deve ser estudada é como os gastos públicos com o turismo são realizados, procurando identificar se eles cumprem seu papel de socializar as receitas obtidas no país, fortalecendo economias periféricas.

3.3 Investimentos públicos e o turismo

Após a apresentação de dados referentes ao turismo doméstico no Brasil, deve-se buscar o apontamento de como o investimento público ligado ao turismo impacta sobre as localidades. É verdade que não se pode apenas planejar o turismo sem se preocupar com as conseqüências que a atividade pode trazer para a comunidade local, cometer tal erro é trabalhar de maneira irresponsável. O bem-estar da população deve sempre ser levado em consideração. Contudo, a preocupação com impactos ambientais e sociais que a atividade turística pode levar as localidades que a ofertam fogem ao escopo do presente trabalho, no qual apenas os impactos econômicos são investigados. Investimentos em infra-estrutura, elaborados pelo Ministério do Turismo(2005) no seu plano de regionalização do turismo, indicam o número de projetos e o montante investido em cada uma das regiões brasileiras. Observemos a tabela abaixo:

Tabela 4: Investimento em infra-estrutura por tipo de ação-2005

Tipo de Ação

Região	Adequação de Patrimônio Histórico e Cultural		Apoio a projetos de Infra-Estrutura Turística		Implantação de Centros de Informações Turísticas		Sinalização Turística		Total	
	Nº projetos	Valor(R\$)	Nº projetos	valor	Nº projetos	valor	Nº projetos	valor	Nº projetos	Valor
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Sul	2	1.200.000	188	36.182.803	2	460.000	1	70.000	193	37.912.803
Sudeste	6	2.000.000	396	101.216.248	6	730.000	3	1.108.160	411	105.054.408
Nordeste	3	900.000	407	175.989.791	5	1.331.700	5	1.700.000	420	179.921.491
Norte	-	-	109	55.475.000	1	178.300	-	-	110	55.653.300
Centro-Oeste	1	225.000	85	41.118.400	1	300.000	-	-	87	41.643.400
Total	12	4.325.000	1.185	409.982.242	15	3.000.000	9	2.878.160	1.221	420.185.402

FONTE: Ministério do turismo – MTUR

Na tabela de número quatro, encontramos os investimentos previstos pelo governo federal na área do turismo referentes ao ano de 2005. Com um total de 1.221 projetos orçados em R\$420.185.402. Pode-se perceber que a maiorias das ações propostas referem-se a projetos de infra-estrutura turística, com destaque para a região Nordeste que recebe aproximadamente 43% dos investimentos na área e a região Norte que recebe 13,5% visto que a última possui uma participação de 4,98% no PIB nacional. Nos gastos totais, a região Sul, detentora de Estados com alto grau de desenvolvimento tecnológico é a que recebe menos investimentos. A região NE é destacadamente a mais beneficiada com os projetos e as regiões Centro-Oeste e Norte recebem fatias do montante muito maiores do que sua importância na economia nacional, baseando-se apenas na participação do PIB. É de se fazer notar que os investimentos em infra-estrutura turística beneficiam proporcionalmente em maior escala as regiões mais pobres do país. Na tabela abaixo, onde estão discriminados os gastos do governo federal com os estados, constatar-se-á que

o turismo parece ser uma exceção, pois os gastos estão concentrados nas unidades federativas de maior importância econômica.

Tabela 5: Transferência de Recursos por Estado/Município-2005. Em R\$

ESTADO	GOVERNO DO ESTADO	MUNICÍPIOS	VALOR TOTAL
ACRE	1.061.615.445,45	454.082.111,62	1.515.697.557,07
ALAGOAS	1.353.195.733,30	1.702.926.357,94	3.056.122.091,24
AMAPÁ	1.060.534.888,92	286.586.448,11	1.347.121.337,03
AMAZONAS	1.289.754.824,25	1.069.936.647,92	2.359.691.472,17
BAHIA	3.879.733.053,33	5.573.221.297,79	9.452.954.351,12
CEARÁ	2.298.200.497,03	3.809.665.503,01	6.107.866.000,04
DISTRITO FEDERAL	573.793.032,94	1.227.041.220,35	1.800.834.253,29
ESPIRITO SANTO	1.073.484.213,51	1.131.216.056,97	2.204.700.270,48
GOIÁS	1.169.052.689,95	2.092.141.251,76	3.261.193.941,71
MARANHÃO	2.211.220.645,30	3.105.373.256,30	5.316.593.901,60
MATO GROSSO	1.008.100.199,81	1.151.121.602,31	2.159.221.802,12
MATO GROSSO DO SUL	559.273.323,18	969.239.264,41	1.528.512.587,59
MINAS GERAIS	3.055.532.182,61	7.367.557.368,34	10.423.089.550,95
PARÁ	2.184.247.691,90	2.750.492.443,67	4.934.740.135,57
PARAIBA	1.505.181.156,35	2.088.164.959,33	3.593.346.115,68
PARANÁ	2.181.526.779,35	3.802.039.786,39	5.983.566.565,74
PERNAMBUCO	2.595.916.168,90	3.410.677.332,07	6.006.593.500,97
PIAUI	1.313.556.615,23	1.800.045.495,16	3.113.602.110,39
RIO DE JANEIRO	5.862.937.677,35	5.483.903.273,50	11.346.840.950,85
RIO GRANDE DO NORTE	1.580.692.657,31	1.758.868.386,68	3.339.561.043,99
RIO GRANDE DO SUL	2.132.722.587,14	3.761.160.840,63	5.893.883.427,77
RONDÔNIA	895.177.346,06	599.784.227,25	1.494.961.573,31
RORAIMA	777.783.738,09	300.113.418,97	1.077.897.157,06
SANTA CATARINA	1.175.335.511,71	2.098.547.997,20	3.273.883.508,91

SÃO PAULO	5.706.269.206,53	9.398.894.172,83	15.105.163.379,36
SERGIPE	1.323.981.460,58	1.112.021.729,71	2.436.003.190,29
TOCANTINS	1.410.524.557,03	940.095.907,08	2.350.620.464,11

Fonte: Controladoria-Geral da União¹¹

Na tabela 5 encontra-se o total de recursos repassados pelo governo federal a estados e municípios no de 2005, que somam R\$ 120.484.262.240,41. As regiões receberam proporcionalmente ao total: Centro-Oeste (7,26%), Norte (12,51%), Nordeste (35,23%), Sul (12,57%) e Sudeste (32,43%). Aqui, o NE aparece novamente recebendo a maior parte dos recursos, porém em escala muito menor do que no tangente à atividade turística. Aponta-se pela análise da tabela, que ao contrário dos investimentos especificamente em infra-estrutura turística, aqui há uma maior concentração de gastos em regiões mais desenvolvidas. Com os dados apresentados, acreditamos que os gastos do governo com o turismo são importantes na distribuição da renda nacional, pois são empregados em maior escala relativa nos estados menos desenvolvidos do que o percebido nos gastos totais do governo. Ressalta-se que o objetivo do trabalho não é afirmar que o turismo é por si só capaz de distribuir a renda nacional, mas sim que o mesmo é uma ferramenta útil na concepção de políticas públicas para a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos através de uma maior homogeneidade econômico-social na população.

3.4 Proposta para incrementação do turismo doméstico

Nesse item é apresentada uma proposta que objetiva o fomento do turismo doméstico nacional como ferramenta de política pública para uma melhor distribuição da riqueza gerada no país. Como foi demonstrado no decorrer do trabalho, o estado deve zelar pela integridade e bem-estar de seus cidadãos e a diminuição da iniquidade é uma peça importantíssima na composição da atuação governamental na melhora do atual quadro brasileiro. É forçoso reconhecermos que

¹¹ GOVERNO FEDERAL Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Acesso em 18/06/08.

não será apenas a proposta aqui apresentada que será responsável por uma melhora nos índices e perspectivas da sociedade brasileira para o desenvolvimento no longo prazo, é preciso também um apoio por parte da iniciativa privada e da própria comunidade. Porém, acreditamos que uma iniciativa por parte do Estado é necessária, até mesmo na medida em que sinaliza para os agentes econômicos sua preocupação e propicia investimentos a áreas e regiões que inicialmente carecem de apoio.

Basicamente, foi desenvolvida uma proposta de medida que pode ser tomada e que se acredita que contribuirá com o aumento da atividade turística, além de auxiliar no combate a desigualdade. Tal proposta foi intitulada “Conhecendo o Brasil” e objetiva aumentar o fluxo de viagens domésticas entre estados com maior participação no PIB nacional e estados com menos participação através de incentivos fiscais a empresas transportadoras. A justificativa para tal reside no fato de que ao tornar economicamente mais interessante para as empresas transportadoras a ligação entre estados com diferente grau de industrialização, haverá maior interesse das mesmas na criação e manutenção de rotas e com a tarifa mais barata espera-se que mais pessoas tenham acesso ao transporte. A ação a ser desenvolvida pelos agentes envolvidos, no caso o governo federal e empresas transportadoras de passageiros que operem trechos interestaduais, consiste na diminuição dos impostos cobrados a empresas transportadoras de passageiros que operem trechos ligando estados com participação no PIB maior que 5% e demais estados. O resultado esperado dessa proposta, é que com o incentivo fiscal, as empresas poderão baixar suas tarifas o que resultará em um maior fluxo de passageiros entre os estados beneficiados com o projeto, auxiliando a redistribuição da renda nacional.

4. Considerações finais

Pode-se perceber ao longo do artigo que o debate sobre a má distribuição da renda nacional que sempre esteve presente na histografia brasileira ainda se encontra atual. A importância do crescimento econômico é indiscutível, mas foi mostrado que é preciso que se

observe também o IDH da nação. O turismo doméstico foi apresentado no trabalho como importante ferramenta para a melhoria nos índices de concentração da renda, pois tem por característica a capacidade de realização de suas atividades longe dos grandes centros. Nele, observa-se um fenômeno interessante, o capital se desloca de locais com maior densidade tecnológica para outros que apresentam menor grau de industrialização. O contrário ocorre com a maioria das atividades econômicas onde se observa uma atração do capital para regiões mais desenvolvidas e que, por isso, contam com mais oportunidades e diversificação de investimentos, terminando por concentrar cada vez mais a riqueza.

Os dados apresentados no capítulo 3 tiveram como base o ano de 2005 pois não foram encontrados mais recentes com relação a atividade turística doméstica disponíveis. Em relação aos investimentos do governo, foram inseridas tabelas com dados referentes ao mesmo ano, propiciando assim uma melhor comparação entre os indicadores. A falta de transparência dos gastos promovidos pelo estado dificultou a realização do trabalho visto que apenas o governo federal possui uma página na internet onde divulga seus gastos¹², o poder público em nível estadual e municipal não possui tal ferramenta para prestação de contas perante a sociedade.

Por fim, pode-se constatar que o turismo de fato tem uma relevância considerável para a desigualdade das diferenças regionais e auxilia na distribuição da renda nacional. Porém, tal afirmação representa uma conclusão qualitativa e não quantitativa. Para mensurarmos o impacto do turismo devemos levar em consideração diversos outros fatores como a sazonalidade da demanda, impactos ambientais e sociais que a atividade trás as comunidades autóctones, além de outros fenômenos econômicos como a pressão inflacionária gerada em decorrência dos maiores gastos na localidade por parte dos visitantes. Porém, isso fugiria ao escopo do trabalho e desvirtuaria o propósito principal do mesmo. Posto isso, acreditamos que os dados coletados e conceitos definidos no trabalho ajudarão na compreensão da importância do debate sobre a desigualdade no Brasil e como a atividade turística pode contribuir para o desenvolvimento do

¹² GOVERNO FEDERAL. Disponível em< <http://www.portaltransparencia.gov.br/> > Acesso em 18/06/08.

tema, possibilitando que a área seja mais explorada academicamente e que mais estudos sejam realizados a respeito.

Referências:

- ABREU, M. (1990) *A ordem do progresso*. 8ªed. Rio de Janeiro: CAMPUS,
- ACERENZA, Miguel (2002). *Administração do turismo*. 4ªed. São Paulo: EDUSC.
- FAUSTO, Boris (2006) *Historia concisa do Brasil*. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- FILHO, Francisco Casemiro. (2002) *Contribuições do turismo a economia brasileira*. São Paulo: ESALQ/USP (Tese de doutorado)
- FIPE; MINISTÉRIO DO TURISMO.(2006) *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil*. São Paulo.
- FURTADO, Celso (1989) *Formação econômica do Brasil*. 23ªed. São Paulo: Nacional.
- GIAMBIAGI, Fabio (org.) (2005) *Economia brasileira e contemporânea*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- IBGE. *Contas regionais do Brasil*. Rio de Janeiro, 2005. (Coleção Contas nacionais, 15)
- IGNARRA, Luiz Renato (2003) *Fundamentos do turismo*. 2ªed. São Paulo: Thomson.
- KRIPPENDORF, Jost. (2001) *Sociologia do turismo*. 3ªed. São Paulo: Aleph.
- MANKIW, N.Gregory (2006) *Principles of microeconomics*. 4ª ed. Thomson.
- _____(2008) *Macroeconomia*. 6ªed. Rio de Janeiro: LTC.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (2006). *Estatísticas básicas do turismo*. Brasília.
- MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio (2001) *Planejamento integral do turismo*. 2ªed. São Paulo: EDUSC.
- MONTEJANO, Jordi Montaner (2004) *Estrutura do mercado turístico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Roca.
- SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira; RABAHY, Wilson Abrahão (2006) *Evidências da contribuição do turismo doméstico para a diminuição das desigualdades econômicas regionais do Brasil*. In: VIII Seminário Internacional de Turismo, Curitiba.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (2006) *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 9ªed. Rio de Janeiro: Record.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godói (2004) *Turismo básico*. 7ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo.